

O jornal e o partido: Momento Feminino e a militância das mulheres do Partido Comunista do Brasil (PCB) entre 1947 e 1950

Alane Sousa Ferreira

Universidade Federal da Bahia

Salvador - Bahia - Brasil

alanesfhistoria@gmail.com

Resumo: Este artigo visa analisar a atuação do jornal Momento Feminino como porta-voz das linhas políticas do Partido Comunista do Brasil (PCB) adotadas entre 1947 e 1950. Nesse intervalo, o PCB admitiu duas linhas políticas distintas: a União Nacional (1942-1947), que preconizava uma sistemática colaboração operário-patronal, e a linha do Manifesto de Agosto de 1950, na qual o partido abandonando a linha anterior acena para a radicalidade política e volta seus esforços para a luta de classes. O objetivo é compreender como as mulheres do partido formularam e articularam essas duas linhas políticas no jornal Momento Feminino. Além de assinarem para as seções fixas, as comunistas brasileiras ocuparam cargos dirigentes e colaboraram ativamente para o projeto editorial desse periódico.

Palavras-Chave: PCB. Imprensa Feminina. Mulheres Comunistas.

Introdução

Este artigo visa analisar a atuação do jornal Momento Feminino como porta-voz das linhas políticas do Partido Comunista do Brasil (PCB) adotadas entre 1947 e 1950. Nesse intervalo, o PCB admitiu duas linhas políticas distintas: a União Nacional (1942-1947), que preconizava uma sistemática colaboração operário-patronal, e a linha do Manifesto de Agosto de 1950, na qual o partido abandonando a linha anterior acena para a radicalidade política e volta seus esforços para a luta de classes. O objetivo é compreender como as mulheres do partido formularam e articularam essas duas linhas políticas na imprensa feminina. Os objetivos específicos consistem em reconstituir a história do jornal Momento Feminino e pautar a militância jornalística de mulheres comunistas no período.

Momento Feminino circulou nacionalmente entre 1947 e 1956, sendo editado no Rio de Janeiro, à época Distrito Federal, e vendido em diferentes pontos urbanos. Em torno da sua produção reuniram-se mulheres de diferentes correntes ideológicas e organizações femininas. Essa característica conferiu ao jornal um teor fortemente reivindicatório, que o distingue em grande medida da imprensa feminina geral do período. Com representantes do movimento de mulheres a frente de sua produção, suas

páginas refletiram as demandas das lutas femininas da época, nos oferecendo um ponto privilegiado para observação histórica.

Durante todo o período em que se manteve em circulação, *Momento Feminino* foi dirigido pela comunista brasileira e advogada Arcelina Mochel¹. Ao lado dela, outras pecebistas também desenvolveram intensa atividade intelectual em suas páginas: a escritora e jornalista paraense Eneida de Moraes², Ana Montenegro³, a militante comunista, presa e exilada durante a ditadura do Estado Novo, Maura de Sena Pereira, as colaboradoras Nair Batista, Beatriz Bandeira Ryff, Zora Sljan, Docéline Viana⁴; a gerente do jornal Heloísa Ramos; e a secretária de *Momento Feminino* Silvia Leon Chalreo. Informações indicam que todas essas mantinham em algum grau aproximação ideológica ou mesmo faziam parte das fileiras do PCB (Paz, 2012), embora suas trajetórias militantes nem sempre fossem retratadas no próprio jornal.

Se realmente mantiveram uma ligação orgânica com o partido, pode-se afirmar que a atuação das mulheres comunistas no *Momento Feminino* foi significativa. Além de assinarem para seções fixas do jornal, que geralmente indicam a seleção das principais temáticas abordadas por um periódico, evidenciando as vozes ativas dentro do órgão de imprensa, também estiveram à frente de cargos dirigentes do jornal, o que sugere a constituição dos seus grupos produtores, responsáveis por orientar o seu projeto político (Cruz; Peixoto, 2007).

A hipótese levantada neste trabalho é a de que embora *Momento Feminino* não fosse um órgão de imprensa oficial do PCB, atuou como um propagandista ideológico

¹Arcelina Mochel era bacharel em Direito pela Faculdade de Direito do Maranhão, iniciou sua carreira profissional aos 19 anos na função interina de promotora pública nas comarcas dos municípios de São Bento e Coroatá, no estado do Maranhão, onde também atuou na criação de uma revista jurídica. Seu apelo para a vida pública e inclinação para as atividades intelectuais influenciaram significativamente a sua militância política. Ao se mudar para o Rio de Janeiro em fins de 1943, Mochel passou a se dedicar mais intensamente às questões sociais e ao seu ativismo político, se filiando ao PCB, integrando o movimento de mulheres da esquerda e dirigindo a revista comunista *Continental*. Devido a sua expressiva votação nas eleições de 1947, tornou-se líder da bancada comunista no Distrito Federal. Entre 1947 e 1956 foi diretora do jornal *Momento Feminino*. Uma biografia mais extensa sobre Arcelina Mochel pode ser encontrada no trabalho de monografia de Nina Visco, 2022.

² Para uma biografia mais extensa sobre a vida, obra e militância política de Eneida de Moraes, consultar os seguintes trabalhos: MARINHO; MOTTA-MANUES, 2018; MENEZES, 2023; LIMA; FULANETI, 2023.

³A cearense Ana Montenegro é conhecida nos meios acadêmicos e na militância política, sendo uma das mais destacadas militantes do PCB até os dias atuais. Mudou-se para a Bahia em 1944 e, no ano seguinte, ingressou nas fileiras do Partido Comunista do Brasil (PCB). Ao longo de sua trajetória política, Ana Montenegro acumulou produções intelectuais, sendo uma das principais articulistas de *Momento Feminino*. Sobre produção jornalística e militância política de Ana Montenegro, ver: FLÔRES, 2017.

⁴Todas, de acordo com a obra biográfica da pecebista Nieta da Paz, mantinham em algum grau aproximação ideológica ou mesmo faziam parte das fileiras do PCB, embora suas trajetórias militantes não fossem retratadas no próprio jornal. Para maiores informações, consultar a obra: PAZ, 2012.

das linhas partidárias entre 1947 e 1950, constituindo um dos organismos de informação e divulgação aliado do partido. Isto acontecia porque, em grande medida, o periódico expressava a influência do seu grupo produtor, composto significativamente por militantes comunistas. Dessa forma, nasce o problema de pesquisa: Como *Momento Feminino*, a partir da militância jornalística de mulheres comunistas, atuou como porta-voz do PCB entre 1947 e 1950?

Dito de outra maneira, busca-se compreender de que maneira as pecebistas atuaram na formulação e difusão das diretrizes partidárias por meio da sua imprensa. A imprensa feminina emerge como objeto e fonte da análise histórica. Considera-se que a análises dos materiais noticiados nas páginas de *Momento Feminino* revelam não apenas um vínculo formal entre jornal e partido, mas o próprio movimento político desse periódico, com suas complexidades e correlações de força, que influenciaram os seus projetos políticos e suas articulações com a sociedade.

Para esta pesquisa foram selecionados, além dos exemplares de *Momento Feminino* publicados no período entre 1947 e 1950, os documentos oficiais do partido, incluindo o *Manifesto de Janeiro de 1948* e o *Manifesto de Agosto de 1950*, e secundariamente o jornal do PCB *A Classe Operária*. Do ponto de vista teórico-metodológico, esta pesquisa situa-se no campo mais amplo da História Social da Imprensa, cujas contribuições significativas são encontradas no texto de Raymond Williams (2007, p.15), para quem a imprensa não é um campo isolado da dinâmica do movimento concreto da sociedade, devendo ser articulada com “outros tipos de formação e organização política e cultural, decorrentes de movimentos políticos, novas organizações industriais, desenvolvimentos educacionais”.

Nesse sentido, entende-se o jornal feminino como instrumento constituinte dos processos socioculturais, articulado ao campo das lutas sociais (Cruz; Peixoto, 2007), dentro dos quais o papel social das mulheres passa a ser um elemento constitutivo das relações de poder. Como qualquer outro meio de comunicação, a imprensa feminina molda pensamentos de uma época, demarca espaços e determina papéis sociais, influencia e mobiliza opiniões, seleciona o que se deve ou não ir a público e participa da formulação, materialização e proposição de projetos políticos. Seu caráter histórico deve ser compreendido em relação a realidade objetiva e sua materialização também não pode ser separada das ações concretas dos sujeitos históricos. Como destaca Maria Helena Capelato (1988, p. 21) “a categoria abstrata da imprensa se desmistifica quando se faz

emergir a figura de seus produtores como sujeitos dotados de consciência determinada na prática social”.

A pesquisa traz como protagonistas as mulheres comunistas, militantes do PCB, cujas trajetórias foram marcadas pela intensa atividade intelectual e política que desenvolveram, em um contexto no qual o espaço político público ainda era bastante fechado ao sujeito feminino. E como nos lembra Margareth Rago (2001), as experiências históricas das mulheres na produção jornalística e partidária das sociedades passadas tornam esse passado das organizações e associações políticas singulares e possibilitam aos historiadores novas releituras de acontecimentos já revisitados. Isso porque, de um ponto de vista histórico, as mulheres dispuseram de experiências específicas e distintas daquelas vivenciadas pelos homens, que conferem a esse sujeito feminino novos olhares e perspectivas sobre determinados temas. Uma vez que a integração social acontece de maneira específica entre homens e mulheres, a formação da cultura e da linguagem não será a mesma para ambos, e isso também reflete na produção intelectual das militantes.

Por outro lado, continua a autora, uma parte significativa do que dispomos sobre os acontecimentos políticos do passado tem sido contado à luz das experiências masculinas e a partir dos documentos escritos por homens. A imprensa feminina, partidária, operária, de resistência e popular, entre outras, permaneceu durante muito tempo sob o controle de elementos masculinos, o que implica que a história da participação das mulheres nos movimentos sociais e partidos políticos de esquerda tem sido narrada, quando ocorre, predominantemente sob uma perspectiva masculina (Rago, 2001).

Mesmo no interior do partido de esquerda, a militância feminina muitas vezes se viu sendo relegada a um segundo plano, colocada como algo à parte na vida orgânica do PCB e silenciada de diversas formas (Bernardes, 2007). Portanto, o estudo de um jornal produzido e dirigido por mulheres de esquerda, militantes comunistas, se inscreve em um ponto privilegiado de observação histórica para o campo da História das Mulheres, já que permite analisar a participação feminina no debate político-público da época, mas igualmente para a História da PCB e da Imprensa no Brasil.

A análise de um periódico feito por mulheres militantes e fortemente ligado às suas lutas sociais, dentro de um contexto histórico em que os limites culturais restringiam o campo de ação intelectual das mulheres, pode nos revelar a visão das próprias comunistas sobre suas experiências, como se percebiam no mundo, além de como se posicionaram em relação à sociedade e à política da época. Trata-se de

investigarmos o movimento político e também de revisitarmos temas já exaustivamente debatidos pela História Política a partir das vozes atuantes das próprias mulheres comunistas, sujeitos históricos que enfrentaram diversos desafios para participarem ativamente do debate político-público.

A influência das lutas femininas na criação de *Momento Feminino*

Em um contexto histórico em que os espaços intelectuais e políticos ainda eram fechados às mulheres, e sendo elas comunistas ou não, enfrentavam a repressão sobre seus corpos e a fúria das autoridades contra qualquer forma de pensamento antagônico, *Momento Feminino* representou uma alternativa de resistência e constituiu um canal de diálogo entre os diferentes grupos de mulheres (Macedo, 2001). Ao dia 25 de julho de 1947 foi publicada a primeira edição de *Momento Feminino: um jornal para o seu lar*. Embora o subtítulo possa indicar que se tratasse de mais um jornal da imprensa feminina tradicional, uma análise mais aprofundada sobre o seu conteúdo revela um discurso marcadamente reivindicatório e “claramente direcionado a noticiar e fortalecer a luta das mulheres por emancipação política, econômica e social e os avanços e conquistas de associações e movimentos femininos no Brasil e no exterior” (Morente, 2015, p. 99).

O sentido que a expressão “lar” assumiu no jornal não se restringia ao espaço doméstico propriamente dito, mas era compreendido como uma metáfora para designar nação, abrangendo a forma como as mulheres se percebiam e se posicionavam politicamente no mundo. O reconhecimento do trabalho doméstico, a importância da maternidade e dos cuidados com a família “eram peças chave da comunicação entre as mulheres e na formulação das demandas por direitos específicos, sendo também a base da rede de solidariedade e o elo que se formava entre elas” (Visco; Correa, 2022, p. 9).

A citação “Quem é que deve mandar em nossa casa? Nós! Então vamos mandar em nosso país, que é a nossa casa maior” (Moraes, n. 1, p. 8, 1947) ilustra muito bem essa perspectiva, evidenciando as fronteiras entre o público e o privado que atravessavam o jornal. Para as articulistas de *Momento Feminino*, o conceito de lar se afastava da visão tradicional da mulher “somente como a boneca, o instrumento de prazer ou aquela que remenda as meias ou faz a comida” para compreendê-la como “a companheira que luta para que não falem meias para remendar, nem falte comida sadia e barata para cozinhar” (Montenegro, n. 16, p. 11, 1947).

Essa perspectiva redefinia o papel feminino dentro da família e no espaço político público, enfatizando a importância da atuação política das mulheres para o bom funcionamento de suas casas. O caráter politizado conferiu a esse jornal características que os distinguiam da imprensa feminina tradicional dos anos 1940 e 1950, que mais se assemelhava a um manual para o comportamento feminino, marcada por temas perenes, cotidianos e considerados do universo feminino (De Lucca, 2012).

Na capa de sua primeira edição, *Momento Feminino* trouxe registrados os nomes das suas fundadoras, entre as quais estiveram intelectuais e militantes ligadas ao PCB: a romancista Alina Paim, a advogada e diretora do jornal Arcelina Mochel, a escritora Eneida de Moraes, a jornalista Yvonne Jean, a crítica literária Lia Corrêa Dutra e a artista plástica Ediria Carneiro. Mulheres de outros partidos políticos também constituíram essa fileira, como as vereadoras do Distrito Federal Lúgia Maria Lessa Bastos pela União Democrática Nacional (UDN) e Sagramor de Scuervo pelo Partido Republicano (PR). Outros nomes relacionados a fundação foram Hilda Campofiorito, Diana de Brito, Gilda Braga Linhares, Maria Luiza, Marieta Jacques e Silvia. Além de envolvidas com a criação do jornal, muitas também atuaram na sua direção, como redatoras e secretárias do periódico. Suas profissões indicavam trajetórias de vida marcadas por uma participação significativa no espaço público, cujas experiências convergiram para a atuação militante e intelectual.

Entre as suas colaboradoras, *Momento Feminino* contava com a participação de mulheres ligadas a diferentes grupos, a exemplo da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), um dos grupos feministas de maior expressão no Brasil, fundado oficialmente por Bertha Lutz⁵ em nove de agosto de 1922, no Rio de Janeiro, e o Instituto Feminino para o Serviço Construtivo (IFSC), criado em 1946, para atuar como canal de ligação entre as organizações femininas do Rio de Janeiro e demais localidades do país (Alves, 2020). A partir da edição de número 43, Danilo Perestrelo, Flaviano Pereira, Jorge Lima, José Moraes, Mario Lago e Oscar Meira despontaram como colaboradores do jornal

⁵ De acordo com a historiadora Rachel Soihet (2012), a brasileira Bertha Lutz cursou Biologia na Sorbonne, França, além de também ter passado uma estada na Inglaterra. Ao retornar para o Brasil, em 1918, deu início a sua campanha pela emancipação feminina, tornando-se uma das mais proeminentes figuras da luta pelo feminismo no país. Já em 1919 representou oficialmente o Brasil na Conferência Geral do Trabalho de Washington. Em 1922, Bertha Lutz reuniu esforços em apoio à União dos Empregados no Comércio, intercedendo junto ao Conselho Municipal, no Rio de Janeiro, para redução da carga horária de trabalho de 13 a 14 horas diárias para 8 horas diárias. Educadora e feminista, assumiu em 1936 uma cadeira na Câmara de Deputado Federal, onde permaneceu até 1937. A vaga para qual Lutz havia sido eleita primeiramente como suplente foi deixada pelo Deputado Cândido Pessoa. Como parlamentar, propôs diversas medidas tocantes ao trabalho feminino e à garantia de proteção à maternidade e infância. Para uma leitura original, ler: SOIHET, 2012.

(Momento Feminino, n. 43, 1948). Apesar da participação de nomes masculinos, ao longo de todo o período em que se manteve em atividade, *Momento Feminino* foi dirigido por uma mulher. Além disso, as militantes ocupavam os principais cargos do jornal, inicialmente distribuídos da seguinte forma: diretora: Arcelina Mochel; redatora-chefe: Lia Corrêa Dutra; secretária: Silvia Leon Chalreo; redadoras: Eneida Costa de Moraes e Maura de Sena Pereira; gerente: Heloísa Ramos; chefe de publicidade: Glória Cordeiro de Andrade (Momento Feminino, n. 2, p. 2, 1947).

Momento Feminino era impresso pelas Oficinas Tribuna Popular Ltda., de propriedade do PCB, editado no Rio de Janeiro, sendo vendido regularmente nas favelas cariocas, mas também circulando nacionalmente através de correspondentes em outros estados (Paz, 2012). Desde as primeiras edições, o jornal disponibilizou a possibilidade de assinaturas. Ao longo de quase dez anos de funcionamento, *Momento Feminino* demonstrou certas instabilidades, passando por mudanças de endereço e interrupções na sua circulação, o que pode sugerir dificuldades financeiras ou mesmo desafios para burlar a repressão sobre o jornal devido ao seu conteúdo politizado.

Esse periódico não existiu de forma isolada, mas surgiu em um contexto nacional e internacional de importantes mudanças tanto para o movimento feminino como para o movimento comunista no mundo. Com o fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945, e a vitória dos Aliados sobre as potências nazifascistas, as organizações de luta fundadas ainda durante o período do conflito puderam voltar-se para suas atividades internas e fortalecerem suas próprias pautas. No Brasil, o fim da Grande Guerra, somado ao processo de redemocratização, contribuiu para a organização de mulheres em torno de suas pautas específicas, direitos e interesses. Após anos do governo Vargas e ditadura do Estado Novo, o clima de abertura democrática no país permitia às organizações femininas que realizassem atividades em prol da democracia, transitassem publicamente, reivindicando mais ativamente e com certo desembaraço os espaços formais da política, ainda que, na prática, sob o olhar ferrenho da repressão (Ferreira, 2019).

Já em 1945 eram realizadas algumas assembleias femininas nos salões do Itamarati, onde mulheres de diferentes organizações discutiram e enviaram seus posicionamentos sobre a paz à Conferência de São Francisco (Mochel, n. 52, p. 2, 1948). Nos anos seguintes o movimento de mulheres seguiu em franca expansão no país. A partir de 1946 elas criariam as chamadas União Femininas, com intuito de congregarem as mulheres em torno das lutas populares através dos movimentos associativos de bairro. Essas União cresceram pelos principais centros urbanos do país e assumiram diversas

bandeiras, tais como: luta contra a carestia de vida; moradia; saúde pública; educação e profissionalização; salários etc. Já em 1947 o Momento Feminino registrou a presença de 36 dessas Uniões Femininas só no Rio de Janeiro (Momento Feminino, n. 13, p. 5, 1947).

No mesmo ano, também no Brasil, foi fundado o Instituto Feminino de Serviço Construtivo, cuja presidência esteve nas mãos da feminista Alice Tibiriçá. O objetivo era reunir os diferentes núcleos e Uniões que estavam se formando em torno de um espaço onde pudessem compartilhar experiências e informações, contribuindo para um trabalho unificado entre as organizações femininas. O Instituto foi criado a 28 de outubro de 1946 (Macedo, 2001) e se reunia em sua sede, localizada na rua Marquês de Abrantes, número 144, todas às quartas, no horário das 17:30. Era formado pelos seguintes departamentos: Saúde, Educação e Cultura, Direitos da Mulher, Criança Diversões Expansão, Trabalhista, Economia, Paz, Propaganda e Finanças (Momento Feminino, n. 13, p. 5, 1947).

A nível internacional, após a Segunda Guerra Mundial mulheres de praticamente todos os países que estiveram envolvidos no conflito passaram a fundar organizações, cujo objetivo era o de lutar contra os refugos dos regimes autoritários, eliminar os resquícios da guerra, consolidar a democracia e a paz mundial. Foi nesse contexto de crescimento das lutas femininas que ocorreu o Congresso Internacional de Mulheres, sediado na cidade de Paris em novembro de 1945. O evento resultou no surgimento da Federação Democrática Internacional de Mulheres (FDIM), que visava congregar em torno de suas políticas e diretrizes federações nacionais espalhadas pelo mundo, propondo uma transformação social abrangente que envolvesse não apenas os direitos femininos mas abolisse as formas de desigualdades sociais de classe (Macedo, 2001). A estrutura da FDIM era composta por Congresso Internacional de Mulheres, Comitê Executivo e Secretariado (Momento Feminino, n. 52, p. 1, 1948).

Apesar de se afirmar eclética, a FDIM era instrumentalizada pelo movimento comunista internacional, todavia, agregou mulheres de diferentes correntes ideológicas e políticas, bem como reuniu em torno de sua fundação organizações femininas não declaradas comunistas (Macedo, 2001). Esse processo significou para a luta feminina no Brasil um aprofundamento da articulação com o movimento internacional em termos de atividades políticas e organizativas. O forte alinhamento com o comunismo fez com que a FDIM entendesse a imprensa como uma ferramenta indispensável para a luta das organizações femininas. Para os comunistas, influenciados pelas ideias leninistas, a

imprensa era um fator de organização e materialização política, um propagandista, agitador e educador das massas capaz de aglutiná-las em torno da teoria crítica e mobilizá-las em direção à ação política organizada. Segundo o bolchevique Lênin, liderança da Revolução Russa em 1917, o jornal era “a arma mais poderosa” do partido para organizar a classe operária (Moraes, 1994, p. 61).

Na trilha de Lênin, a FDIM conferiu muita importância aos jornais e revistas femininas, propondo que reunissem, informassem e divulgassem sobre as atividades das mulheres e as suas lutas travadas por direitos e por uma sociedade mais justa. A FDIM considerou que a imprensa democrática feminina era uma arma segura da união das forças do movimento democrático internacional de mulheres, contribuindo para aumentar as fileiras das organizações femininas nacionais democráticas (Momento Feminino, n. 64, p. 17, 1950).

As iniciativas das mulheres organizadas convergiram para a criação de jornais femininos influenciados pelo comunismo em diferentes países: Polônia, Hungria, Bulgária, República Popular da China, República Popular da Mongólia, Tchecoslováquia, Coreia do Norte (Momento Feminino, n. 64, p. 17, 1950). O surgimento de Momento Feminino figurou esse espaço de diálogo entre as mulheres brasileiras e a Federação Democrática Internacional de Mulheres (FDIM) e um eixo gerador das políticas que norteariam a criação da Federação de Mulheres do Brasil (FMB) no ano de 1949 (Macedo, 2001). O jornal era ligado a FDIM (Alves, 2020) e em suas páginas era possível observar as fortes influências da Federação no projeto político do periódico. “Preocupando-se com a situação brasileira”, mas sem, no entanto, “abandonar os assuntos sociais sentimentais”, *Momento Feminino* se investirá da responsabilidade de atuar como “um novo esteio de combatividade” e “uma poderosa arma na imprensa, capaz de atrair todas as mulheres”, para que “unidas em um esforço comum” se colocassem na “vanguarda dos movimentos progressistas” (Mochel, n. 1, p. 2, 1947).

Quando em 1948 ocorreu o segundo Congresso Internacional de Mulheres, organizado pela FDIM em Budapeste, Hungria, esse jornal deu ampla cobertura ao evento, que também contou com a participação das delegadas brasileiras: a advogada e jornalista Nice Figueiredo, representando o Instituto Feminino de Serviço Construtivo; a poetisa Nair Batista, representante do Comitê de Mulheres Pró-Democracia, do qual era presidente; D. Dijanira, representante de São Paulo e Arcelina Mochel, delegada representante pelo próprio jornal (Mochel, n. 53, p. 2, 1948). Sintonizado com o

movimento internacional, *Momento Feminino* desde o seu primeiro número publicou a seção fixa Mundo de Hoje, que depois passou a designar A Mulher nos 5 Continentes, assinada por Eneida de Moraes.

Ao defender os direitos políticos e econômicos da mulher, *Momento Feminino* atuou como combustível para o movimento feminino e feminista da época, trazendo novas energias para que as militantes brasileiras continuassem tocando suas lutas. Além de aporte teórico e intelectual, o jornal demonstrou capacidade organizativa, contribuindo para um aprofundamento maior da articulação entre os grupos de mulheres de outras partes do mundo, ampliação da agenda política e construção de espaços mais autônomos para troca, reflexão e estabelecimento de estratégias.

O jornal expressava em suas páginas os avanços dos debates acerca da condição feminina, os novos dilemas e conflitos, as trocas de vivências entre as mulheres de diversos setores. Junto a esse debate, *Momento Feminino* esteve fortemente conectado ao movimento comunista nacional e mundial, tendo tocado importantes lutas e pautas caras aos pecebistas brasileiros. Isso ocorria porque, em grande medida, o jornal expressou a influência de suas articulistas, muitas delas militantes do PCB (Ferreira, 2019).

O Jornal e o Partidão: na luta pelo partido de massas

Internamente o *Momento Feminino* esteve ligado ao Partido Comunista do Brasil (PCB) (Macedo, 2001; Torres, 2009; Morente, 2015; Ferreira, 2019; Alves, 2020). Embora não fosse um órgão informativo oficial do PCB, seguia sua orientação política, bem como incorporou o discurso e diretrizes partidárias, imprimindo em muitas de suas matérias e reportagens uma postura explicitamente comunista (Tavares, 2003). “Suas redatoras denunciaram frequentemente a repressão arbitrária dirigida aos comunistas, sendo elas próprias alvo de inúmeras perseguições” (Ferreira, 2019, p. 56). O jornal foi marcado pelo discurso pecebista “com ênfase nas reportagens que afirmavam a importância da mulher às fileiras partidárias” (Torres, 2009, p. 196) e suas páginas tornaram-se palco de campanhas e debates pautados incansavelmente pelo PCB, como “a luta pela paz, contra a bomba-atômica, em defesa do petróleo, contra o alto custo de vida, em defesa da classe trabalhadora” (Alves, 2020, p. 54).

Entre os anos de 1945 e 1947, a União Soviética e os comunistas saíram com muito prestígio após a Segunda Guerra Mundial. No Brasil, o PCB cresceu exponencialmente em número de filiados, experimentando um período de glórias. O

partido havia deixado a ilegalidade em 1945, para a qual retornaria em 1947, e naquele ano manteve um ótimo desempenho nas eleições para a Assembleia Constituinte, sendo o mais bem votado nas cidades de São Paulo, Campinas, Sorocaba, Recife, Olinda, Natal e Aracaju. Em 1947, o número de pecebistas no Congresso Nacional subiu de 15 para 17, enquanto para as Assembleias Legislativas Estaduais os comunistas elegeram 46 deputados distribuídos em 15 estados da federação (Pandolfi, 1995). No Rio de Janeiro, o PCB obteve a maioria na Câmara Municipal, com 18 vereadores eleitos, sendo a pecebista Arcelina Mochel a vereadora mais bem votada daquela casa (Pandolfi, 1995). Além de Arcelina, outras duas vereadoras foram eleitas pelo partido comunista no Distrito Federal, a sindicalista Odila Schmidt e a professora e crítica literária Lia Correa Dutra⁶. Sobre a expressiva vitória eleitoral das comunistas, Correa e Visco (2022) inferem que é possível ser atrelada a campanha das militantes junto às mulheres do povo: trabalhadoras, mães, donas de casa, moradoras dos subúrbios e favelas.

Juntas, as parlamentares defenderam as necessidades e interesses das mulheres da classe trabalhadora, contribuindo para que o partido ganhasse força entre o setor feminino. *Momento Feminino* divulgou as ações realizadas através da sua coluna Semana Parlamentar, posteriormente designada Mulheres no Parlamento da Cidade. Em uma de suas edições chegou a afirmar que “o microfone da Câmara irradia a voz feminina na justa defesa nos interesses populares” (*Momento Feminino*, n. 4, p. 2, 1947).

O crescimento do PCB, no entanto, não se limitou ao campo político-partidário, pois o partido se aproveitou do momento para investir em sua produção cultural. Em torno do partido foi significativa a inserção de intelectuais e de artistas brasileiros, e essa aproximação favoreceu aos comunistas que ampliassem suas atividades jornalísticas e literárias durante aqueles poucos anos na legalidade. O partido construiu uma importante rede de jornais, chamada Imprensa Popular, com inúmeras publicações nacionais e regionais, além de romances, livros e panfletos. Foram criados, à época, nove jornais diários, diversos boletins locais, duas editoras e as três revistas teórico-culturais *Divulgação Marxista*, *Fundamentos* e *Problemas* (Ferreira, 2012).

O PCB, com uma rede de publicações voltada ao grande público, considerava a imprensa sua principal ferramenta de propaganda e meio de disseminar a orientação do partido às massas, visando elevar o nível político e ideológico de seus membros. Durante

⁶ Para maiores informações biográficas, ver o artigo de CORREA; VISCO, 2022.

a III Conferência Nacional do PCB, em 1946, Luiz Carlos Prestes⁷, mais importante dirigente do partido no Brasil, assim se pronunciou:

[...] para essa atuação ordeira e pacífica precisamos antes e acima de tudo de bons jornais baratos em grandes edições, de jornais independentes e corajosos, capazes de dizer a verdade em quaisquer circunstâncias, de jornais feitos por homens capazes não só intelectual como politicamente (Prestes, n. 22, p. 1, 1946).

Prestes foi um grande idealizador das diretrizes partidárias. Sua autoridade dentro do partido conferia também forte influência nas concepções que os pecebistas carregavam a respeito da militância política. A ênfase do documento no fato de que os jornais do partido deveriam ser feitos por homens capazes não só intelectual como politicamente diz muito acerca do lugar atribuído às mulheres na produção intelectual do PCB. A atribuição exclusiva aos homens da autoria dos jornais do partido representou uma forma de ocultar o trabalho intelectual das mulheres e de invisibilizar a atuação delas na militância política.

Na época, a imprensa comunista, feminina, operária e de resistência era predominantemente controlada por homens, o que resultou em análises sociopolíticas feitas majoritariamente sob uma perspectiva masculina. Isso reflete também a estrutura social que privilegiava o acesso dos homens, especialmente os brancos e de classe dominante, à educação formal e intelectual, enquanto as mulheres eram relegadas à educação moral, religiosa e doméstica (Rago, 2001).

Não obstante, no interior do partido, mulheres também já participavam da imprensa comunista: Ana Montenegro, Jacinta Passos, Lia Correa Dutra, Zuleika Alambert, Beatriz Bandeira, Arcelina Morchel, Nair Batista e Heloísa Prestes. Todavia, nem todos os jornais do PCB contavam com sessões femininas. Tanto o contexto de forte produção cultural dos pecebistas como as próprias atividades jornalísticas das militantes podem ter sido fatores que as mobilizaram a construir uma imprensa feminina reivindicatória. Em 9 de junho de 1947, o jornal *Tribuna Popular* fez circular uma nota

⁷ Luiz Carlos Prestes ficou conhecido nacionalmente por sua participação no movimento tenentista na década de 1920, pela Coluna Prestes de 1930 e, posteriormente, como o mais importante dirigente do PCB. "Em 12 de março de 1931, Prestes declara-se comunista, e em agosto do mesmo ano, apoia abertamente o PCB. Os comunistas, entretanto, nada querem com Prestes [...] O ingresso do ex-comandante da Coluna no PCB dar-se-á por cima, sob imposição da Internacional Comunista (IC). Sob esse aspecto, o caso é único na história da IC; trata-se de um líder de massas de grande prestígio que primeiro ingressa na Executiva da Internacional sem ter pertencido previamente às fileiras comunistas, e só em seguida no partido comunista do seu país de origem" (Vinhas, 1982, p. 70).

em que aludia sobre o surgimento do novo periódico: “O Momento Feminino, um jornal para todas as mulheres”.

As militantes do PCB atuaram de forma significativa às fileiras desse jornal, dando em muitos momentos a tônica de suas reportagens (Torres, 2009). Suas páginas foram marcadas por campanhas e debates pautados pelo Partido Comunista e nesse sentido seu objetivo era o de atrair o maior número de mulheres para o seu projeto político e, paralelamente, atuar como instrumento de conscientização das mulheres e da classe trabalhadora (Alves, 2020). Com a participação ativa das militantes pecebistas, é bastante provável que *Momento Feminino* fosse influenciado pelas ideias propagadas pelo PCB e que em suas páginas expressasse as linhas políticas da agenda partidária. Analisar como as políticas partidárias se traduziram em ações concretas no âmbito do jornal será objeto do próximo tópico deste estudo.

O contexto da União Nacional

Entre 1942 e 1950 pode-se afirmar que o Partido Comunista do Brasil adotou duas linhas políticas distintas, cujos marcos foram a linha de União Nacional, admitida a partir de 1942, e o Manifesto de Agosto de 1950. Em 1942, após um amplo movimento de pressão popular nacionalista e democrático, o Brasil ingressou na Segunda Guerra Mundial ao lado dos Aliados. Paradoxalmente, embora lutasse contra os avanços do fascismo na Europa, Vargas matinha um governo ditatorial do Estado Novo (1938-1945) internamente. Apesar da continuidade do regime autoritário, o período pós-entrada do Brasil na guerra foi marcado pelo crescimento dos movimentos democráticos e pelo apoio dos pecebistas à política externa de defesa nacional do governo brasileiro (Segatto, 1989).

Nesse contexto, o PCB adotou oficialmente a sua linha política de União Nacional, que exortaria a unidade tática com o governo varguista em direção à derrubada do inimigo comum: o nazi-fascismo. Essa estratégia priorizaria os esforços de unidade nacional e a unificação entre setores e classes sociais em torno da uma luta maior pela democracia. (Mazzeo, 1999). Dentro dessa perspectiva, Luiz Carlos Prestes, principal idealizador da política de União Nacional, defendia insistentemente a conciliação entre capital e trabalho, devendo o operariado brasileiro colaborar com a burguesia nacional para desenvolvimento das forças produtivas no país. No plano prático da linha partidária, o PCB centrava seus esforços na luta pela legalização do partido e na defesa das liberdades democráticas (Sena Júnior, 2009).

Quando do final da guerra, em 1945, as condições de governo de Getúlio Vargas e de perpetuação do Estado Novo haviam se tornado insustentáveis devido às pressões exercidas pela oposição de direita e os movimentos pela democracia. Com objetivo de assumir a liderança do processo de abertura democrática, ainda naquele ano Vargas decidiu por implementar algumas medidas em direção à redemocratização no país. Essas medidas incluíram o Ato que decretava noventa dias para novas eleições presidenciais, a anistia aos presos políticos, incluindo o líder do PCB, Luiz Carlos Prestes, retorno dos exilados ao Brasil; além da restauração da liberdade aos partidos políticos. Nada disso impediu que por meio de um golpe militar, comandado por Dutra e Góes Monteiro, e apoiado por forças reacionárias e pelo imperialismo, Vargas fosse destituído do governo em 29 de outubro de 1945 (Segatto, 1989; Sena Júnior, 2009).

O PCB foi oficialmente legalizado a 12 de novembro de 1945. Para os comunistas, a linha política de União Nacional permitiu que se aproximassem de diferentes setores políticos, além de intelectuais e artistas. Isso garantiu ao partido um crescimento não apenas em número como também em influência política. Naquele ano os comunistas se prepararam para disputar a eleição presidencial de 02 de dezembro, na qual tiveram expressivo desempenho ao lançar a candidatura de Yeddo Fiuza à Presidência da República. O candidato comunista obteve 600 mil votos em pouco mais de cinco milhões, o equivalente a 10% dos votos, ficando em terceiro lugar, atrás de Eduardo Gomes (UDN) e Eurico Gaspar Dutra (PSD), eleito presidente do Brasil naquele ano (Segatto, 1989).

Entre 1945 e 1947, período em que se manteve na legalidade, o PCB procurou ocupar todos os espaços possíveis à sua atuação (Vinhas, 1982). Nesse contexto de legalidade, e visando também atrair novos eleitores, o partido investiu esforços nas organizações femininas. O trecho a seguir foi retirado da imprensa comunista da época e alude aos projetos dos comunistas brasileiros para as mulheres:

E a recente participação da mulher nas eleições demonstra que força decisiva pode ser a mulher no movimento de União Nacional e, portanto, nos destinos de nossa Pátria. O eleitorado feminino, e não somente o eleitorado, mas também a participação ativa de muitas mulheres na campanha eleitoral, especialmente as comunistas, demonstra que podemos liquidar o preconceito que existe de fato também em nosso Partido contra a atuação política das mulheres [...]. É necessário compreender, especialmente nesse momento, a importância de todo o movimento de massas de toda a organização, que nos põe em contato com a grande massa, a qual ao invés de servir à exploração dos remanescentes do fascismo, deve jogar um crescente papel decisivo no fortalecimento da democracia. Por isso é que o movimento feminino deve merecer particular atenção e toda a ajuda das camaradas militantes (A Classe Operária, n. 4, p. 15, 1946).

Reconhecendo as insuficiências e preconceitos com relação à militância feminina partidária, o PCB considerou fundamental naquele momento o olhar mais estratégico para as organizações femininas, enfatizando a importância desse setor para a sua política de massas concretizada na linha de União Nacional. Embora não seja objetivo deste artigo analisar as tensões entre partido e militância feminina, vale destacar que a presença feminina nas fileiras partidárias, desde os primórdios de sua fundação, em 1922⁸, não significava uma participação efetiva das mulheres no quadro do PCB. Conforme discutem Ferreira e Lins (2015, p. 189), “o PCB teve tendência em relegar as mulheres a um papel secundário as atribuindo às atividades inferiores que em nada diziam respeito à direção partidária”.

O próprio documento supracitado revelava que existia entre os comunistas brasileiros certas incompreensões “com relação ao movimento feminino, uma evidente subestimação da sua importância” (A Classe Operária, n. 4, p. 15, 1946). Nesse sentido, segundo Bernardes (2007, p. 24), as pecebistas não exerciam função central dentro da esfera do poder interno da organização, restando-lhes as tarefas consideradas “menores”, ligadas às atividades informais ou mesmo servindo apenas como coadjuvantes de seus maridos. Em tese, a estrutura organizacional do partido manteve um viés androcêntrico, apesar das iniciativas para incluir as mulheres.

No contexto, o trabalho de massas entre a população feminina também era estratégica no sentido de angariar votos para os comunistas, possivelmente mais do que como resultado de uma reflexão aprofundada acerca das especificidades desse público. Além dos interesses de atrair novas eleitoras para o partido, as experiências políticas que as mulheres vinham acumulando ao longo da década provavelmente também influenciavam na posição dos comunistas de enxergá-las como um setor importante e estratégico para as lutas, tendo em vista a capacidade organizativa e agenda política que desenvolviam no cenário nacional e internacional. *Momento Feminino* já no seu primeiro número mostrou-se sintonizado com tal política do partido. Em sua coluna Nossos Problemas, a pecebista Arcelina Mochel defendeu incansavelmente a necessidade de unificação entre as mulheres. Nosso lema deve ser a união ampla, união de todas as mulheres (Mochel, n. 1, p. 2, 1947). As comunistas aproveitaram das páginas do jornal e

⁸ Segundo a historiadora Maria Elena Bernardes, Rosa Bittencourt foi primeira mulher a se filiar ao PCB, logo após a fundação do partido em 1922. A militante foi bastante atuante nos movimentos da classe operária, tendo atuado no Bloco Operário Camponês, colaborado com as vendas do jornal A Classe Operária e participado, em 1930, do Congresso Mundial da Mulher na URSS como delegada representante das mulheres trabalhadoras do Brasil.

saíram publicamente em defesa da ampla unidade entre as mulheres. Nas palavras da pecebista Eneida de Moraes:

Para defesa de nossos direitos, para defesa de nossos lares e de nossa pátria, só há um caminho: o de nossa união. Deixemos de lado nossas divergências políticas: não pensemos em nós mesmas, mas em coisa muito maior ou" nossos pequenas desavenças: pensemos no Brasil, nossa pátria (Moraes, n. 1, p. 8, 1947).

A coisa maior a que se referia Eneida era a luta pela democracia e respeito pela Constituição brasileira, já que naquela altura, o PCB sofria fortes ataques por parte da reação conservadora e enfrentava reais possibilidades de cassação do seu registro e dos mandatos. O discurso de unidade, somado a luta pela democracia, dava a tônica do jornal naquela primeira edição e o jornal destacava que apesar das diferenças nas ocupações e situações de vida, todas as mulheres estavam ligadas por sua condição de mulher (Momento Feminino, n. 1, p. 9. 1947).

O discurso de unidade permitia ao *Momento Feminino* que se abrisse para outros setores e atraísse para o seu projeto mulheres de diferentes correntes, ideologias, pensamentos e organizações políticas. Para as produtoras do jornal também era uma forma de garantir o seu funcionamento, já que *Momento Feminino* dependia da colaboração dos seus assinantes. Nesse sentido, a estratégia de união entre todas as mulheres, para além de um alinhamento com a linha política partidária, serviu como instrumento de mobilização feminina em torno do periódico e do movimento de mulheres. Mais do que uma política imposta de cima para baixo, as comunistas souberam se aproveitar do momento histórico do partido para defenderem seus próprios interesses em relação às organizações femininas e a luta por seus direitos.

Nas páginas do jornal era comum a defesa de que todas as mulheres e de todas as profissões, fossem elas donas de casa, operárias, professoras, secretárias, funcionárias públicas ou telefonistas, construíssem juntas uma frente única (Momento Feminino, n. 1, p. 9, 1947). No plano político-partidário, em torno da fundação de *Momento Feminino* reuniram-se mulheres de outros partidos políticos, como foi o caso de Sagramor de Scervo, eleita vereadora municipal do Rio de Janeiro pelo Partido Republicano (PR), de ideologia política de centro direita e que apoiava ora a União Democrática Nacional (UDN) ora o Partido Social Democrático (PSD). Outro caso emblemático foi o de Lygia Maria Lessa Bastos, eleita vereadora no Distrito Federal pela legenda da UDN. Além de ambas figurarem entre as fundadoras de *Momento Feminino*, o jornal também deu ampla

cobertura às suas atividades políticas através da já citada seção Semana Parlamentar, que depois passou a se chamar Mulheres no Parlamento da Cidade.

Nas páginas do periódico elas também se destacaram como redatoras. Lygia Maria Lessa Bastos saiu em ampla defesa pela Educação. Em um de seus artigos escritos para o jornal, argumentou sobre a importância da criação de cursos complementares para professores atuarem no ensino primário rural, de maneira que esses profissionais fossem habilitados a conhecer os problemas e as características da vida rural. Essa formação deveria incluir conhecimentos de agricultura, higiene, economia, alimentação e pequenas indústrias. Lygia destacou ainda o projeto de número 6, de sua autoria na Câmara Municipal, onde propôs que fosse incluído no Ensino Normal o Curso de preparação para o ensino rural, com instalações apropriadas na própria zona rural, visando ministrar aos professores em exercício no ensino primário rural conhecimentos sobre os problemas específicos da região e da vida no campo (Bastos, n. 10, p. 6, 1947).

Durante o período em que se manteve na legalidade, entre 1945 e 1947, o PCB buscou estabelecer uma relação de neutralidade com os seus opositores políticos da UDN e PSD. Nesse contexto, os comunistas evitavam emitir críticas ao governo em prol da política de União Nacional adotada pelo partido e admitiam uma postura conciliadora entre as classes. Entendiam que o momento não era para greves e buscavam jogar o jogo político por dentro das estruturas. A palavra de ordem do dia era tranquilidade, ordem e colaboração com as autoridades.

Nesse sentido, *Momento Feminino* conclamava as mulheres que ainda não se achassem organizadas a unir-se às associações femininas, “acima de partidarismos políticos ou crenças religiosas, para que um clima de confiança, de ordem, tranquilidade e justiça seja assegurado” (Momento Feminino, n. 6, p. 7, 1947). As Uniões Femininas, de acordo com o jornal, agregavam “mulheres de todas as classes sociais e de todas as tendências filosóficas ou religiosas, unidas acima de partidarismos, para lutar contra as filas, contra a carestia e os açambarcadores” (Momento Feminino, n. 9, p. 7, 1947) e atuavam como “poderoso fator de ajuda às autoridades”, mobilizando as forças femininas, parte ativa na administração do país, para auxiliar o governo “através de seu trabalho tenaz e eficiente em associações do bairro” (Momento Feminino, n. 5, p. 19, 1947).

No entanto, para o eleito presidente general Eurico Gaspar Dutra e as forças políticas conservadoras do país os comunistas continuaram sob suspeição. A partir de 1947, o cenário internacional do pós-guerra passou por mudanças significativas com o início da Guerra Fria entre os EUA e URSS. Esse contexto de crescente polarização

mundial repercutiu no cenário político nacional, resultando em perseguições aos comunistas e truculência contra a sua imprensa, incluindo invasões de oficinas, redações sendo fechadas, prisões de jornalistas e empastelamento de jornais. Influenciaram nessas ações não apenas os fatores externos, como também a situação interna do país, marcada pelo crescimento do PCB, por greves de trabalhadores em diversos setores e instabilidade política que ameaçavam a ordem burguesa no poder (Sena Júnior, 2009).

As elites nacionais, articuladas ao PSD e UDN, orquestraram uma forte campanha anticomunista contra o PCB no parlamento. Nesse contexto, o governo Dutra implementou algumas medidas repressivas com objetivo de fechar o cerco, proibindo a existência do Movimento de Unificação dos Trabalhadores (MUT), decretando intervenção nos sindicatos, suspendendo as eleições sindicais e ordenando a suspensão das atividades da União da Juventude Comunista (UJC). Quanto ao partido, esse teve o seu registro cassado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) em 07 de maio de 1947. Já a cassação dos mandatos dos parlamentares comunistas ocorreu no dia 07 de janeiro de 1948 (Pandolfi, 1995).

A perseguição contra os comunistas não impediu que a rede de imprensa articulada pelo partido durante os anos de legalidade continuasse a subsistir. Enfrentando diversos desafios, jornais e revistas ligados ao PCB continuaram em circulação, inclusive publicando artigos assinados por seus dirigentes (Vinhas, 1982). O partido utilizou amplamente da imprensa para defender seus mandatos e sua legalidade, encontrando mais uma vez no *Momento Feminino* um porta-voz atuante em sua defesa.

De acordo com a matéria assinada por diversas redatoras do jornal⁹, a cassação de mandatos dos parlamentares comunistas que vinha a pleno curso não dizia respeito apenas a um partido, pois figurava um ataque a todos aqueles que a Constituição garantia o direito de voto, além de uma afronta à democracia de forma geral. Em seu apelo, o jornal convocava todas as mulheres a se unirem em defesa do mandato de Arcelina Mochel, por entender que a sua cassação representava um retrocesso ao direito das mulheres de votarem em suas representantes e de serem votadas (*Momento Feminino*, n. 23, p. 2, 1947).

Quase às vésperas da cassação dos parlamentares pecebistas, o jornal dedicou um espaço especial em homenagem a Luiz Carlos Prestes por ocasião do seu 50º aniversário.

⁹ Assinaram a publicação: Sílvia Chalhó, Eneida Moraes, Luísa Regis Brás, Leia Sá Carvalho, Ana Montenegro, Rachel Lobo, Maria Luísa Martins, Arací Selgan de Sá, Ivone Miranda, Bluma Wainer, Nair Cunha, Gilda Braga Linhares, Eline Matos, Nice Figueiredo.

Procurada pela redação de *Momento Feminino*, a irmã de Prestes concedeu uma entrevista ao periódico onde compartilhou aspectos da trajetória de vida do dirigente político. Publicada sob o título de “O Senador do Povo - Bom Irmão, Bom Pai, Bom Homem”, a matéria destacou o seu compromisso militante com “a causa do povo e da democracia”, resgatando a sua atuação na Coluna Prestes em 1924 e a trágica história de sua esposa, a comunista judia-alemã Olga Benário, enviada por Vargas para a Alemanha nazista, onde foi presa e assassinada em um campo de concentração. O espaço constituiu-se também em uma defesa aberta ao comunismo, conforme enfatizado pela convidada na entrevista: “Se Prestes, que sempre fora bom, amigo de sua família, carinhoso, justo e grande defensor do povo, era comunista então o comunismo é bom” (*Momento Feminino*, n. 24, p. 6, 1948).

Ao dia 09 de janeiro de 1948, dois dias após a cassação dos mandatos dos parlamentares comunistas, Arcelina Mochel utilizou sua coluna Nossos Problemas para expressar publicamente sua indignação contra as medidas autoritárias do governo. Segundo ela, a cassação dos mandatos dos comunistas representava um “agudo golpe” contra a Constituição Brasileira, perpetrado por grupos reacionários que pretendiam implementar uma ditadura terrorista no país. O governo Dutra foi caracterizado como “traidor do povo”, capitulacionista, capacho das “imposições imperialistas”, ditador criminoso e acusado de planejar submeter o povo brasileiro ao servilismo americano (Mochel, n. 25, p. 2, 1948).

Na mesma edição *Momento Feminino* afirmou que a aprovação da lei da cassação dos mandatos dos eleitos pelo povo figurava um atentado contra os direitos cidadãos e os princípios democráticos do país. Várias vozes haviam se levantado contrárias a tal arbitrariedade e em defesa da Constituição, contudo, maiores foram as vozes reacionárias e vendidas, que por dinheiro e poder rasgavam a Carta Magna em subserviência ao imperialismo. Quanto ao Presidente da República, que nunca teve pressa de fazer o povo ter direito, na surdina da meia noite assinou a sanção (*Momento Feminino*, n. 25, p. 6, 1948).

O discurso mais agressivo em relação ao governo Dutra já sinalizava para uma reorganização do partido e de suas militantes. Se durante a linha de União Nacional os comunistas propuseram uma “sistemática contenção da luta das massas proletárias em nome da colaboração operário-patronal e da aliança com a ‘burguesia progressista’”, na clandestinidade o partido voltará todos seus esforços para “a ativa luta de classes que se travava no país” (Manifesto de Janeiro de 1948, 1982, p. 81). Era a guinada do PCB para

radicalidade política, marcada pelo Manifesto de Janeiro de 1948 e, depois, culminando no Manifesto de Agosto de 1950.

O Manifesto de Agosto de 1950: Momento Feminino e a virada política das comunistas

Excluídos do jogo político parlamentar, e diante do quadro internacional, os comunistas brasileiros entenderam que o contexto era desfavorável a uma atuação dentro da ordem e da tranquilidade. Não havia espaços para o diálogo com o governo e as forças conservadoras do país que imprimiam uma forte perseguição sobre o Partido de Prestes. Os anos seguintes ao processo de cassação foram marcados pela radicalização da linha política partidária, cujo documento mais emblemático ficou conhecido como Manifesto de Agosto de 1950. Neste documento, o PCB reafirmava o posicionamento adotado anteriormente com o Manifesto de Janeiro de 1948, admitia uma postura ainda mais combativa frente ao governo Dutra e voltava-se radicalmente para as lutas de classe, conclamando a todos os democratas e patriotas que se unissem em uma ampla Frente Democrática de Libertação Nacional liderada pelos comunistas (Frente Democrática de Libertação Nacional, 1950).

O programa dessa Frente era definido dentro dos seguintes termos: 1) governo democrático e popular; 2) luta pela paz e contra a guerra imperialista; 3) imediata libertação do Brasil do jugo imperialista; 4) entrega da terra a quem trabalha; 5) desenvolvimento independente da economia nacional; 6) liberdades democráticas para o povo; 7) imediato melhoramento das condições de vida das massas trabalhadoras; 8) Instrução e cultura para o povo; 9) exército popular de libertação nacional (Frente Democrática de Libertação Nacional, 1950).

Já no Manifesto de Janeiro o partido identificava o governo do general Eurico Gaspar Dutra como “um governo de traição nacional a serviço do imperialismo americano”, que impedia o crescimento do país e “entregava a Nação à exploração total dos norte-americanos”. Essa nova formulação elaborada pelo PCB preconizava a centralidade de se organizar amplas camadas populares a fim de que “resistissem à reação, lutassem pela derrubada do atual governo de traição nacional e instaurassem um governo efetivamente democrático e progressista”.

Quanto à linha adotada anteriormente, o partido reconhecia que havia se orientado por “tendências direitistas”, que o afastaram dos instrumentos de luta do proletariado, “particularmente da greve”, e conseqüentemente “das grandes massas”. Os comunistas conclamavam a construção de um governo “popular, democrático e

progressista, capaz de salvar o país da miséria, do aniquilamento, da perda total de sua soberania” (Manifesto de Janeiro de 1948, 1982, p. 86). Era a virada decisiva na política de União Nacional. O Manifesto de Agosto “ênfatizava a ideia de que a democracia deveria ser realizada sob comando do proletariado e de seus aliados” (Mazzeo, 1999, p. 76).

No jornal *Momento Feminino*, Arcelina Mochel destacou que apesar da derrota parlamentar, os comunistas continuavam sendo “os legítimos representantes do povo, não num Parlamento desmoralizado de capituladores, mas na Câmara Popular livre e honesta, que só o povo livre e independente saberá construir” (Mochel, n. 25, p. 5, 1948). Isso reflete o posicionamento do Manifesto de Janeiro de 1948 de não mais jogar o jogo político por dentro das instituições formais, buscando apoio e legitimidade fora das estruturas e na base do movimento operário.

O periódico feminino buscou ainda mobilizar as mulheres em torno do Manifesto de Agosto de 1950, publicando abertamente o Programa da Frente Democrática de Libertação Nacional. De acordo com a matéria publicada no jornal, o documento redigido pelo líder político Luiz Carlos Prestes, analisava a traição dos meios governamentais brasileiros, traduzida na subserviência econômica e política ao governo norte-americano, com a entrega das riquezas nacionais e alienação da soberania. Ainda conforme o jornal, o Manifesto de Agosto denunciava o acordo do governo brasileiro em enviar 20.000 jovens para o fronte de guerra dos Estados Unidos contra a Coreia do Sul. *Momento Feminino* dizia que por reconhecer a importância do Manifesto havia se investido da tarefa de divulgá-lo, com objetivo de “mostrar às mulheres o caminho da libertação nacional” (Momento Feminino, n. 74, p. 9, 1950).

O jornal conclamava as mulheres a executarem as tarefas postas pelo Manifesto e destacava os seguintes pontos programáticos contidos nele: a luta por um governo democrático e popular; pela paz e contra a guerra imperialista; pela entrega da terra a quem trabalha; instrução e cultura para o povo; pelo imediato melhoramento das condições de vida das massas trabalhadoras (Momento Feminino, n. 74, 1950). Provavelmente tratavam-se das reivindicações que as comunistas consideravam relevantes nas definições das tarefas imediatas para o movimento feminino naquele momento.

Na edição seguinte, Arcelina Mochel saiu novamente em defesa da linha partidária. Considerou que o Manifesto de Agosto de 1950 “do querido líder do povo Luiz Carlos Prestes” consistia em um direcionamento para a estrada da libertação

nacional e que as mulheres brasileiras desenvolveriam um papel fundamental dentro desse processo, devendo atuar como uma força viva e criadora na defesa da pátria e na construção de um futuro de felicidade para os seus filhos (Mochel, n. 75, p. 2, 1950). Ao evidenciar o bem-estar dos filhos, é provável que o jornal buscasse criar uma conexão emocional significativa com suas leitoras e atrai-las para o seu projeto. Pode-se assim dizer que se tratava também de uma estratégia com objetivo de conferir maior legitimidade às organizações femininas, ao mesmo tempo em que justificaria a participação ativa das mulheres na esfera político-público e impulsionaria maior engajamento feminino para a luta. Embora tal abordagem pudesse reforçar papéis sociais de gênero da época, ela também podia ser eficaz em mobilizar as mulheres e obter apoio da sociedade.

Nesse contexto, a produção cultural do partido ficou mais estreita e a sua imprensa mais sectária, refletindo a própria linha do PCB. Os jornais comunistas buscavam imprimir um discurso fortemente combativo e uma postura crítica frente ao governo. Um exemplo disso foi o jornal *A Classe Operária*, sendo comum que veiculasse títulos como "Governo de Traição Nacional" e "Luta de massas contra o governo de traição nacional". Outra característica marcante da imprensa comunista da época é a sua ampla defesa do bloco soviético na Guerra Fria, como na matéria "Acentua-se a divisão do mundo em dois blocos antagônicos" (*A Classe Operária*, n. 109, p. 1, 1948).

Manchetes como essas também podiam ser encontradas no *Momento Feminino* e refletiam o alinhamento ideológico do jornal. Em "Imperialismo não tem Pátria e não tem entranhas", Nair Batista discorre sobre a divisão da Europa em duas zonas antagônicas, apresentando uma visão crítica acerca do bloco imperialista. Segundo ela, na zona Soviética vinham sendo efetivadas medidas concretas em direção ao que chamou de desnazificação, incluindo "castigos aos criminosos de guerra, depuração, destruição da indústria de guerra, liquidação dos grandes monopólios, reforma agrária, democratização do ensino, participação das mulheres na vida do país". Enquanto isso, as zonas ocidentais (Francesa, Inglesa e Americana) não conseguiram implementar medidas semelhantes. Quase quatro anos após o fim da Segunda Guerra Mundial, as zonas ocupadas pelo imperialismo apresentavam uma situação escarnecedora, com cidades em ruínas e populações sofrendo com a exploração brutal, a falta de gêneros essenciais e com a corrupção, que levavam à fome e à miséria dos povos (Batista, n. 54, p. 4, 1949).

Nair Batista deixou expresso seu posicionamento em defesa do bloco comunista. O teor ideológico de seu texto nos permite sugerir que ela tivesse ligações com o PCB. Aparece entre as intelectuais comunistas da época (Moraes, 1994). Nair também foi citada como uma das excelentes articulistas de *Momento Feminino* (Paz, 2012). Além disso, colaborava para os artigos do jornal Imprensa Popular¹⁰.

No contexto de Guerra Fria as potências envolvidas no confronto buscaram dominar o plano ideológico e implementar ações culturais de todo o tipo. Em meio às disputas ideológicas, *Momento Feminino* também se investiu de uma agenda política comunista. Editoriais e artigos publicados no jornal fizeram referências grandiosas ao regime soviético, muitas vezes sem qualquer criticidade, atuando como propagandista ideológico e buscando mobilizar as mulheres e aglutina-las em torno do projeto de sociedade socialista.

Considerações Finais

A imprensa feminina também constituiu um dos lugares em que as comunistas, que igualmente dedicavam parte de suas vidas à luta revolucionária e faziam do trabalho na imprensa a extensão de suas atividades intelectuais e militância partidária, puderam tornar pública a posição oficial adotada pelo partido, através de seus posicionamentos políticos veiculados naquele jornal. Ainda que este periódico não fosse um órgão oficial do PCB, pode-se afirmar que foi um dos organismos de informação aliado do partido entre 1947 e 1950. No clima de Guerra Fria, em que a luta no campo ideológico foi amplamente difundida, *Momento Feminino* se investiu da posição de aparelho de difusão das linhas políticas partidárias e saiu em defesa do bloco soviético.

Situa-se, no entanto, o cuidado de não fornecer a esse jornal caracterizações generalizantes ou atribuir categorias estáticas, afirmando se tratar ou não de um jornal comunista. Vale destacar que mulheres de outras correntes e grupos políticos também colaboraram com o periódico. Ao buscar compreender a relação entre jornal e partido, não desprezamos a relação que estabeleceu com outros grupos, mas optamos por focar no movimento político de *Momento Feminino* a partir da militância jornalística das mulheres comunistas, visando percebê-las atuantes, captando suas estratégias e como contribuíram para as formulações do seu partido.

¹⁰ Foram encontradas 64 ocorrências referentes ao nome de Nair Batista no jornal Imprensa Popular.

THE NEWSPAPER AND THE PARTY: FEMININE MOMENT AND THE MILITANCY OF WOMEN IN THE COMMUNIST PARTY OF BRAZIL (PCB) BETWEEN 1947 AND 1950

Abstract: This article analyzes the role of the newspaper *Momento Feminino* as a spokesperson for the political lines of the Communist Party of Brazil (PCB) adopted between 1947 and 1950. During this period, the PCB adopted two distinct political lines: the National Union (1942-1947), which advocated systematic worker-employer collaboration, and the August Manifesto of 1950, in which the party, abandoning its previous line, embraced radical politics and focused its efforts on the class struggle. The objective is to understand how the party's women formulated and articulated these two political lines in the newspaper *Momento Feminino*. In addition to subscribing to the regular sections, Brazilian communist women held leadership positions and actively contributed to the editorial project of this periodical.

Keywords: PCB. Women's Press. Communist Women.

EL PERIÓDICO Y EL PARTIDO: MOMENTO FEMININO Y EL ACTIVISMO DE LAS MUJERES EN EL PARTIDO COMUNISTA DE BRASIL (PCB) ENTRE 1947 Y 1950

Resumen: Este artículo analiza el papel del periódico *Momento Feminino* como portavoz de las líneas políticas del Partido Comunista de Brasil (PCB) adoptadas entre 1947 y 1950. Durante este período, el PCB adoptó dos líneas políticas distintas: la Unión Nacional (1942-1947), que abogaba por la colaboración sistemática entre trabajadores y empleadores, y el Manifiesto de agosto de 1950, en el que el partido, abandonando su línea anterior, abrazó la política radical y centró sus esfuerzos en la lucha de clases. El objetivo es comprender cómo las mujeres del partido formularon y articularon estas dos líneas políticas en el periódico *Momento Feminino*. Además de suscribirse a las secciones regulares, las mujeres comunistas brasileñas ocuparon puestos de liderazgo y contribuyeron activamente al proyecto editorial de esta publicación.

Palabras Clave: PCB. Prensa femenina. Mujeres comunistas.

Referências

A **CLASSE OPERÁRIA**. Acentua-se a divisão do mundo em dois blocos antagônicos. Rio de Janeiro, ano III, n. 109, p.1, 27 janeiro 1948.

A **CLASSE OPERÁRIA**. Trabalho Feminino. Rio de Janeiro, ano I, n. 4, p.15, 30 março 1946.

ALVES, Iracélli da Cruz. **Feminismo entre ondas**: mulheres, PCB e política no Brasil. Tese (Doutorado em História) – Instituto de História da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020.

BASTOS, Lygia. Maria Lessa. O Ensino Primário na Zona Rural. **Momento Feminino**, Rio de Janeiro, ano I, n. 10, p. 6, 26 setembro 1947.

BATISTA, Nair. O Imperialismo não tem Pátria, não tem entranhas. **Momento Feminino**, Rio de Janeiro, ano II, n. 54, p. 4, 7 janeiro 1949.

BERNARDES, Maria Elena. **Laura Brandão**: A invisibilidade feminina na política. Campinas, São Paulo: UNICAMP/CMU, 2007.

CORREA, L.; VISCO, N. T. “Falamos as eleitas do povo”: vereadoras e comunistas, a atuação política das mulheres do PCB no Rio de Janeiro (1946-1948). **Revista Mundos do Trabalho**, Florianópolis, v. 14, p. 1-22, 2022.

CRUZ, H. de F.; PEIXOTO, Maria do R. da. C. Na Oficina do Historiador: Conversas sobre História e Imprensa. **Projeto História**, São Paulo, vi. 35, n.35, dez. 2007.

DE LUCCA, Tânia R. Mulher em revista. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (org.). **Nova História das Mulheres**. São Paulo: Contexto. 2012.

FERREIRA, Alane Sousa. **Mulheres vermelhas**: a atuação das militantes do Partido Comunista do Brasil (PCB) no jornal Momento Feminino (1947-1950). 2019. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Feira de Santana: UEFS, Feira de Santana, 2019.

FERREIRA, Alane Sousa; LINS, Marcelo da Silva. As questões de gênero no interior do Partido Comunista do Brasil (1928-1947). **Temporalidades** – Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG, Belo Horizonte v. 7, n. 2, p. 176-190, mai./ago. 2015.

FERREIRA, Muniz. O PCB e a organização do campo intelectual brasileiro. In: ROXO, Marco; SACRAMENTO, Igor. (org.). **Intelectuais partidos**: os comunistas e as mídias no Brasil. Rio de Janeiro: E-Papers, 2012.

FLÔRES, Fernanda Léo. **Na mira da repressão**: Militância política e escrita jornalística em Ana Montenegro (1947-1983). 2017. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

FRENTE Democrática de Libertação Nacional (agosto de 1950). In: CARONE, Edgard. **O PCB**. (1943 a 1964). São Paulo: Difel, 1982. p. 109-111.

LIMA, Renata Guimarães Cabral; FULANETI, Oriana de Nadai. A construção discursiva da política de resistência em Companheiras, de Eneida de Moraes. **Estudos semióticos**, v. 19, n. 1, p. 125-144, abr., 2023.

MACEDO, Elza Dely Veloso. **Ordem na casa e Vamos à Luta!** Movimento de Mulheres: Rio de Janeiro 1945-1964. Lydia da Cunha – uma militante. 2001. Tese (Doutorado em História Social) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2001.

MANIFESTO de Janeiro de 1948. In: CARONE, Edgard. **O PCB**. (1943 a 1964). São Paulo: Difel, 1982. p. 81.

MARINHO, Carla Figueiredo; MOTTA-MANUES, Maria Angélica. Eneida de Moraes em Momento Feminino: um jornal a serviço do seu lar. **Gênero na Amazônia**, Belém, n. 13, p. 73-89, jan./jun., 2018.

MAZZEO, Antônio Carlos. **Sinfonia Inacabada**: a política dos comunistas no Brasil. São Paulo: Boitempo, 1999.

MENEZES, Roniere. Eneida – entre livros, artes, amigos, viagens: viver. **Revista Brasileira de Literatura Comparada**, Salvador, v. 25, n. 50, p. 35-47, set./dez., 2023.

MOCHEL, Arcelina. A estrada da libertação nacional deve ser aberta por nós. **Momento Feminino**, Rio de Janeiro, ano 3, n. 75, p. 2, 1 setembro 1950.

MOCHEL, Arcelina. A poderosa arma da mulher brasileira é a resistência. **Momento Feminino**, Rio de Janeiro, ano 1, n. 25, p. 2, 9 janeiro 1948.

MOCHEL, Arcelina. Nossos Problemas. **Momento Feminino**, Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, p. 2, 25 julho 1947.

MOCHEL, Arcelina. Nossos Problemas. **Momento Feminino**, Rio de Janeiro, ano 1, n. 3, p. 2, 8 agosto 1947.

MOCHEL, Arcelina. Nossos Problemas. **Momento Feminino**, Rio de Janeiro, ano 1, n. 52, p. 2, 12 novembro 1948.

MOCHEL, Arcelina. Nossos Problemas. **Momento Feminino**, Rio de Janeiro, ano 1, n. 53, p.2, 10 dezembro 1948.

MOMENTO FEMININO. A Luta cotidiana das mulheres. **Momento Feminino**, Rio de Janeiro, ano 1, n.1, p. 9, 25 julho 1947.

MOMENTO FEMININO. A Mulher no Parlamento da Cidade. **Momento Feminino**, Rio de Janeiro, ano 1, n. 4, p. 2, 15 agosto 1947.

MOMENTO FEMININO. A tragédia desta hora brasileira. **Momento Feminino**, Rio de Janeiro, ano 1, n. 25, p. 6, 9 janeiro 1948.

MOMENTO FEMININO. A União Feminina de Minas Gerais convoca sua 1 Convenção Feminina Estadual. **Momento Feminino**, Rio de Janeiro, ano 1, n. 52, p. 9, 12 novembro 1948.

MOMENTO FEMININO. As mulheres cariocas. **Momento Feminino**, Rio de Janeiro, ano 1, n. 23, p. 2, 26 dezembro 1947.

MOMENTO FEMININO. Atividades Femininas. **Momento Feminino**, Rio de Janeiro, ano 1, n. 13, p. 5, 17 outubro 1947.

MOMENTO FEMININO. Atividades Femininas. **Momento Feminino**, Rio de Janeiro, ano 1, n. 6, p. 7, 29 agosto 1947.

MOMENTO FEMININO. Atividades Femininas. **Momento Feminino**, Rio de Janeiro, ano 1, n. 9, p. 7, 17 setembro 1947.

MOMENTO FEMININO. Como trabalham as donas de casa no morro da favela. **Momento Feminino**, Rio de Janeiro, ano 1, n. 5, p. 19, 22 agosto 1947.

MOMENTO FEMININO. Expediente. **Momento Feminino**, Rio de Janeiro, ano I, n. 2, p. 2, 01 agosto 1947.

MOMENTO FEMININO. O Senador do povo – bom irmão, bom pai, bom homem. **Momento Feminino**, Rio de Janeiro, ano 1, n. 24, p. 6, 3 janeiro 1948.

MOMENTO FEMININO. Programa da Frente Democrática de Libertação Nacional. **Momento Feminino**, Rio de Janeiro, ano 3, n. 74, p. 9, 18 agosto 1950.

MOMENTO FEMININO. Resoluções Conselho da F.D.I.M. **Momento Feminino**, Rio de Janeiro, ano 3, n. 64, p. 16, 31 janeiro 1950.

MONTENEGRO, Ana. O falso conceito de lar. **Momento Feminino**, Rio de Janeiro, ano 1, n. 16, p. 11, 7 novembro 1947.

MORAES, Dênis. **O imaginário vigiado**: a imprensa comunista e o realismo socialista no Brasil (1947-53). Rio de Janeiro: José Olympio, 1994.

MORAES, Eneida de. Mundo de Hoje. **Momento Feminino**, Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, p. 8, 25 julho 1947.

MORENTE, Marcela Cristina de Oliveira. **Invadindo o mundo público**. Movimentos de Mulheres (1945-1964). 2015. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

PANDOLFI, Dulce. **Camaradas e companheiros**: história e memória do PCB. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

PAZ, Mariza Campos da. **Nieta dos Campos da Paz**. Rio de Janeiro: MAUAD Editora Ltda., 2012.

PRESTES, Luiz Carlos. O Partido Comunista precisa de uma imprensa independente e poderosa. **A Classe Operária**, Rio de Janeiro, ano I, n. 22, p.1, 3 agosto de 1946.

RAGO, Luzia Margareth. **Entre a História e a liberdade**: Luce Fabri e o anarquismo contemporâneo. São Paulo: UNESP, 2001.

SEGATTO, José Antônio. **Breve História do PCB**. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1989.

SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias de. **Os Impasses da estratégia**: Os comunistas, o antifascismo e a revolução burguesa no Brasil. 1936-1948. São Paulo: Annablume, 2009.

SOIHET, Rachel. Movimento de mulheres: a conquista do espaço público. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012.

TORRES, Juliana Dela. **A representação visual da mulher na imprensa comunista brasileira (1945-1957)**. 2009. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Estadual de Londrina, Paraná, 2009.

VINHAS, Moisés. **O Partidão**: A luta por um partido de massas (1922-1974). São Paulo: Hucitec, 1982.

VISCO, Nina Teruz. **Arcelina Mochel**: a trajetória de uma militante comunista maranhense no Distrito Federal durante as décadas de 1940 e 1950. 2022. Monografia (Graduação em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC), Rio de Janeiro, 2022.

WILLIAMS, Reymond. A imprensa e a Cultura Popular: Uma perspectiva Histórica. Trad. Ricardo B. Iannuzi. **Projeto História**, São Paulo, v. 35, n. 35, p.15-26, dez. 2007.

SOBRE A AUTORA

Alane Sousa Ferreira é doutoranda pela Universidade Federal da Bahia (UFBA); bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Recebido em 15/08/2025

Aceito em 10/07/2026